



CAMINHOS CRUZADOS DOS FEMINISMOS

Jussara Reis Prá¹

Resumo - O texto examina as relações entre ciência e gênero na forma de relato de experiências. A abordagem reúne fragmentos de atividades de pesquisa, orientação e docência, de redes sociais e grupos temáticos de nível local, nacional, regional e internacional. A vivência é usada como arquivo singular de dados e saberes, junto a materiais de fontes plurais: artigos, documentos, ensaios e pesquisas. A exposição leva em conta os caminhos de militância acadêmica e ativismo político, percorridos desde meados dos anos setenta do último milênio. O relato traz à luz experiências individuais e coletivas a fim de retratar os alcances e os limites para a consolidação dos feminismos no Brasil e no mundo. O retrato obtido evidencia o potencial dos aportes feministas para enfrentar a discriminação, o racismo e a misoginia.

Palavras-chave: Relato de experiências, feminismos, gênero, ativismo político e militância acadêmica

Resumen - El artículo trata la relación entre ciencia y género como un relato de experiencias. El enfoque reúne fragmentos de actividades de investigación, orientación y docencia, redes sociales y grupos temáticos a nivel local, nacional, regional e internacional. La experiencia se utiliza como un archivo singular de datos y conocimientos, junto con materiales de múltiples fuentes: artículos, documentos, ensayos e investigaciones. La exposición se centra en el activismo académico y el activismo político desde mediados de los años setenta del siglo pasado. El informe pone a la luz experiencias individuales y colectivas para retratar sus alcances y límites para consolidar los feminismos en Brasil y en el mundo. El retrato obtenido resalta el potencial de los aportes feministas para enfrentar la discriminación, el racismo y la misoginia.

Palabras clave: Relato de experiencias, feminismo, género, activismo político y activismo académico.

¹ Doutora em Ciência Política pela USP (1992), Mestre em Ciência Política pela UFRGS (1983) e Bacharel em Ciências Sociais pela PUCRS (1978). Professora Titular da UFRGS, atua na área de Ciência Política em metodologia de pesquisa, métodos quantitativos, políticas públicas, estudos feministas e de gênero.

Introdução

Parar no meio de uma caminhada que de repente parece infinita, com o acúmulo de sabedoria de quem nos precedeu e o entusiasmo de quem vem depois de nós, é acolhedor para nossos passos quase sempre apressados, num caminho que continuamos a trilhar até atingirmos as metas que nos propusemos há tanto tempo (*Instituto de las Mujeres Del Distrito Federal, Ciudad de México Presentación*, in: Marcela LAGARDE, 2012, p.7).

A epígrafe aproxima o relato ora apresentado a uma pausa em meio a minha caminhada acadêmica e feminista. Parar nesse caminho permite rever o passado e o presente, confrontá-los, descobrir fragilidades e buscar pontos de encontro no trajeto seguido. Vejo na mesma pausa o estímulo para legitimar os caminhos percorridos por nossos feminismos e suas teorias nos embates contra a misoginia, o racismo e a discriminação. Também vejo nela a possibilidade de trazer à luz experiências individuais e coletivas, cuja potência é retratar os alcances e os limites para a consolidação dos feminismos no Brasil e no mundo. Quiçá a mesma parada permita prospectar desafios e avanços futuros.

Com esse pano de fundo, proponho relatar algumas experiências de militância acadêmica e prática política feministas, tal como as tenho visto. Para tanto, reúno fragmentos de atividades de pesquisa, orientação e docência, de grupos temáticos e redes sociais em escala local, nacional, regional e internacional. O conteúdo exposto contempla as relações entre ciência e gênero na forma de relato de experiências individuais e coletivas. Aqui, a própria vivência é usada como um arquivo singular de dados e saberes, enriquecido com materiais de fontes plurais: artigos, documentos, ensaios e pesquisas, além de outros. Do ponto de vista temporal, o relato leva em conta o caminho percorrido por mim entre o ativismo acadêmico e o militante, desde meados dos anos setenta do último milênio.

O texto inicia por um panorama de minha trajetória no Curso de Graduação em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Na sequência, descrevo aspectos relativos à formação acadêmica e às linhas de atuação seguidas no âmbito da Pós-Graduação. Por esse prisma, levo em conta os motivos de meu interesse pelo objeto de estudo “mulheres” e pelos temas de gênero, desenvolvidos a partir



da passagem pelos Cursos de Mestrado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e de Doutorado, na Universidade de São Paulo (USP). A outra parte do texto relata experiências diversas, com atenção a atividades de pesquisa, ensino e orientação, somadas as de participação em redes sociais e grupos temáticos.

Estimo, assim, atender à chamada para Dossiê: NEIM, 40 anos Articulando e Vivendo Teoria e Práxis Feminista e contribuir com reflexões específicas sobre o tema em questão. Com essa intenção, revejo alguns aspectos dessa caminhada, cotejando-os com momentos da minha trajetória pessoal, acadêmica e de militância feministas

Militância Acadêmica e Ativismo Político Feministas

Ingressei no Curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 1975 e obtive o título de Bacharel em 1978. Durante a graduação busquei o sentido e o significado daquela caminhada. Embora eu tenha muito a dizer sobre isso, serei breve. Recorro à memória e logo lembro da disciplina de Teoria Geral do Estado. As aulas despertaram o meu interesse pela Ciência Política. Também lembro da disciplina de Pesquisa. Outra a citar é a de Estatística. Logo no início das aulas eu e outras colegas fomos levadas a questionar os conteúdos ministrados. Em nome da turma, na maioria mulheres, expressei não estarmos interessadas em saber como se fazia o controle de qualidade dos produtos em uma fábrica de parafusos. Tivemos alguns embates, mas o professor cedeu, alterou o programa da disciplina e passou a trabalhar com indicadores demográficos, o resultado foi gratificante para a turma toda. Por conta disso eu despertava o interesse pela abordagem quantitativa na pesquisa social.

Não por acaso, fui monitora na disciplina de Estatística por dois semestres. Nesse ínterim ajudei colegas com dificuldade de acompanhar a matéria. No restante do curso dividi meu tempo livre entre a monitoria nas disciplinas de pesquisa (quantitativa e qualitativa) e a prática de pesquisa. Nesta atividade fiz estágio no Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESPE) da PUCRS. Nessa atividade, lembro de ter codificado, manualmente, quase todos os dados de um levantamento socioeconômico da população de Porto Alegre, com 1.500 casos.

Computadas essas e outras tarefas, na monitoria adquiri conhecimento sobre os princípios, métodos e técnicas da pesquisa social; já no estágio, aprendi a elaborar

questionários, a calcular amostras e a fazer entrevistas, além de ter treinamento no uso do SPSS (Statistical Package for Social Sciences) e na análise quantitativa. Tal aprendizado eu iria levar para a vida acadêmica e, mais tarde, para a docência: sala de aula, orientações, pesquisas etc. A elaboração do meu trabalho de Mestrado seria um dos primeiros laboratórios para testar esses conhecimentos.

Em 1979 ingressei no Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia do IFCH/UFRGS, na nomenclatura de então. Mais tarde, o Curso seria desmembrado em três Programas de Pós-Graduação: Antropologia Social, Ciência Política e Sociologia. Em março de 1984 defendi a Dissertação de Mestrado, intitulada “A mulher e a sua situação na sociedade Porto Alegre”. O trabalho apresentado, no entanto, diferia totalmente daquele proposto quando ingressei no Curso; mudava o enfoque e o objeto. Para constar, o estudo previsto, originalmente, deveria tratar da política partidária rio-grandense, de uma perspectiva histórica. Assim, importa referir como cheguei a essa mudança!

Antes de elaborar a dissertação experimentei uma situação singular. No ano de 1982, o novo contexto político propiciava a retomada da antiga prática de realização de pesquisas pré-eleitorais. Estas limitadas por medidas do regime militar implantado em 1964 (eleições indiretas para executivos estaduais, prefeituras de capitais, estâncias hidrominerais e zonas de fronteira). Naquele ano, a realização de uma pesquisa pré-eleitoral reuniu um consórcio de universidades da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação FORD. Do estudo resultaram dados do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza, além de São José dos Campos, Rio Parnaíba (área urbana e rural) e outros dois municípios rurais entre Minas Gerais e Espírito Santo. A participação de professores do nosso Programa de Pós-Graduação na equipe do projeto oportunizou minha colaboração no tratamento e na análise dos dados da pesquisa. Realizei as duas tarefas a contento, aproveitando aqueles aprendizados em pesquisa e estatística da Graduação.

Voltando ao estudo pré-eleitoral, rememoro a situação singular. Ela resultou de uma solicitação dos seus financiadores de que deveria constar no relatório final uma avaliação sobre a participação política das mulheres entrevistadas. Todos recuaram ou

recusaram. Na pausa que faço agora percebo a origem da solicitação, por óbvio da Fundação FORD. Naquele momento não identifiquei a fonte do pedido, volto a isso. Em virtude desse recuo, fui incumbida por um dos investigadores de fazer as leituras e os fichamentos necessários para dar conta de incluir as mulheres no relatório final. Executei a tarefa em curto espaço de tempo e os resultados sobre as mulheres entraram no relatório final da pesquisa. A experiência de então instou minha curiosidade e procurei saber mais sobre o assunto.

Deriva daí a minha opção em prosseguir na análise dessa temática e, portanto, de mudar o objeto de investigação no Mestrado. Ressalvado o fato de tal escolha ter gerado inconvenientes. Entre eles, o de ter de afirmar reiteradamente a importância de estudar questões relativas às mulheres. Entrementes, desconsidere tudo isso e tendo por base o investimento feito em função do estudo pré-eleitoral (1982) considerei oportuno, naquele momento, priorizar o exame da relação mulher e política na dissertação. Aliado a isso direcionei a atenção para a realidade das mulheres gaúchas. Escolha plausível, pois a minha contribuição para o estudo concentrou-se no estado e na capital gaúcha. Durante o desenho do novo projeto mantive o propósito de examinar aquela relação. Contudo, resolvi ampliar o foco do estudo e investigar também a situação das mulheres no mercado de trabalho e na educação.

Na dissertação tomei como referência o processo de urbanização e de modernização da sociedade brasileira, com atenção ao caso do Rio Grande do Sul. Nessa direção, procurei aprofundar as leituras sobre o Estado Capitalista, tendo em vista a realidade das mulheres no contexto da sociedade de classes. O referencial teórico do trabalho foi elaborado a partir de três dimensões: política, econômica e ideológica. A dimensão política visava traçar uma retrospectiva sobre a participação das mulheres gaúchas, considerando esta realidade em relação a outros estados brasileiros. A dimensão econômica pretendia identificar as bases estruturais que, de alguma forma, modificaram o comportamento das mulheres na sociedade contemporânea. Já a dimensão ideológica buscava os valores internalizados por elas no estado gaúcho.

Os estudos sobre modernização desenvolvidos por Daniel Lerner (1958) e David Apter (1963), deram os aportes iniciais para elaborar a dissertação. O modelo teórico de Lerner parecia oportuno por associar as mudanças na estrutura das sociedades ao seu nível

de urbanização, educação, informação e participação. A participação política – para Lerner o ponto máximo do processo de modernização – manifestava-se por meio de variáveis sociais e psicológicas (mobilidade, motivação), formando a denominada “personalidade empática”. Essa “empatia”, responsável pela participação social, política e econômica, parecia apropriada ao exame do comportamento coletivo e individual do segmento feminino a partir do grau de modernização de determinada sociedade. Não obstante, o modelo mostrava-se limitado para a análise por retratar os padrões do modelo liberal europeu e situar a modernização em contextos de desenvolvimento urbano-industrial (tecnológico). E não apenas isso, as mulheres sequer foram pensadas como parte daquele modelo.

A leitura do estudo de Apter (1963) contribuiu, em parte, para equacionar o problema da aplicabilidade do modelo de Lerner à realidade brasileira. Ressaltei da abordagem do primeiro a distinção entre desenvolvimento, modernização e industrialização. Por esse prisma, a modernização é entendida como um processo originado pela assimilação de uma atitude inquisidora por determinada cultura sobre aspectos normativos (morais), estruturais (sociais) e de conduta (pessoais). Somado a isso, entendi pertinente recorrer às investigações de Theodor Adorno (1950) sobre autoritarismo a fim de examinar as atitudes e o comportamento feminino desde as relações de dominação-submissão.

A opção por esses aportes levou em conta a sua complementaridade. Com efeito, os aspectos sociais (macro) e individuais (micro) dos modelos pareciam aplicáveis à realidade das mulheres diante de mudanças estruturais e comportamentais. Dessa forma, cheguei à operacionalização das três dimensões propostas para o estudo: à dimensão política, para avaliar a participação feminina na sociedade gaúcha; à dimensão econômica, para examinar o processo de urbanização e modernização desta sociedade, com atenção a aspectos relativos à educação e ao trabalho feminino; e à dimensão ideológica, para averiguar a influência do positivismo e da cultura patriarcal na realidade vivida pelas mulheres.

Por esse ângulo, propus analisar o nível de participação social, econômica e política do segmento feminino em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Especificamente, busquei identificar a influência de valores tradicionais entre as porto-alegrenses, tendo

em vista o interesse e a ingerência das mulheres em atividades sociais, econômicas e políticas, e o seu grau de autonomia em relação a essa participação. A investigação empírica, de abordagem quantitativa e natureza descritiva, resultou de pesquisa de tipo *survey* realizada na área metropolitana de Porto Alegre (1983), envolvendo 245 mulheres maiores de 18 anos, entre estudantes, donas de casa e trabalhadoras. Para tal, recorri a uma amostragem estratificada e por conglomerados.

Os resultados do estudo evidenciaram os traços patriarcais da cultura gaúcha. Traços mais incidentes entre o grupo de menor instrução e menor poder aquisitivo. Os dados também evidenciaram a motivação do grupo investigado para participar de atividades econômicas e educacionais; menor motivação foi observada em relação à ingerência em atividades políticas, entre elas as partidárias e sindicais, bem como em movimentos sociais e feministas. Em razão disso, uma das sugestões para futuros estudos aludiu à necessidade de realizar pesquisas para dimensionar aspectos tais como: (a) o desinteresse das mulheres pelas instâncias de poder e decisão; (b) as suas restrições a ações políticas de movimentos organizados e, em especial, dos feministas.

A investigação, contudo, não incluía diretamente a perspectiva feminista. Naquele momento eu estudava as mulheres ou a condição feminina, mas não me considerava uma estudiosa feminista. Ainda assim, o contato com esta literatura impunha a necessidade de buscar uma abordagem interdisciplinar, combinando a Ciência Política aos Estudos Feministas e de Gênero. Nesse sentido, eu já flertava com o feminismo. O estudo, exposto em 223 páginas, convergia para tal. Como assinalo ao iniciar a dissertação, o papel social de mãe e educadora, atribuído historicamente às mulheres, impunha barreiras a sua participação na esfera pública e contribuía para excluí-las dos espaços de poder, comando e decisão. Ademais, numa sociedade capitalista onde as mudanças são uma constante, não se justifica que um contingente significativo da população (mais de 50%), quando “chamado a participar” do processo produtivo, o faça, desempenhando “papéis secundários”. Também não é plausível que as condições de empregabilidade para as mulheres correspondam a péssimas condições de trabalho: “dupla jornada”, baixos salários e uma legislação trabalhista incoerente e deficitária. Diante dessa contradição, que inclui e exclui o segmento feminino, ponderei ser procedente considerar o alerta dos debates feministas quanto ao imperativo de reavaliar e transformar essa realidade.



Ainda no mesmo assunto, pontuo os elementos acima com a visão de hoje. Talvez no momento de elaborar a dissertação, o destaque às teorias da modernização não permitisse enfatizar a incidência das mulheres nas mudanças impressas no contexto da modernidade à brasileira. De todo modo, a apropriação dos aportes teóricos feministas exige uma perspectiva crítica sobre o ordenamento político e um olhar atento às codificações sociais e culturais. Sendo assim, acredito ter buscado ou encontrado depois de algum tempo os meios para caminhar em tal direção.

Entre os componentes dessa busca ou encontro devo situar o contexto de defesa da dissertação. Um de seus desdobramentos resultou na criação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM), em 1984. Na verdade, a própria ocasião da defesa foi escolhida para criar o Núcleo. O convite à professora Fanny Tabak para integrar a banca examinadora cumpria esse objetivo. Foi ela quem iniciou, em 1979, o processo de criação do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), oficializado em 1981. O NEM é considerado um dos pioneiros no Brasil e fonte de estímulo para a fundação de grupos afins em outras universidades do país. Na esteira desse processo, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de 1983, é a outra fonte de inspiração para fundar o NIEM. No meu caso, não sendo professora, fiquei como colaboradora do Núcleo até 1991, quando assumi a docência na UFRGS. Em parte, frustrada, pois a defesa referida oportunizara tudo. Ainda assim, o NIEM foi um divisor de águas na minha trajetória acadêmica.

O Núcleo, hoje associado à linha de pesquisa Teoria Política e Participação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, atua, desde a sua fundação, como articulador de programas e ações no meio acadêmico e como canal de ligação entre a Universidade e a Comunidade Rio-grandense. As e os integrantes do grupo priorizam a missão de formar uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero. A atuação do grupo tem sido frutífera na realização de atividades de pesquisa e extensão, na elaboração de projetos e estudos, bem como na elaboração de artigos individuais e coletivos para eventos e publicações em livros e revistas acadêmicas.

Menciono entre os frutos dessa incidência, a criação, em 2008, do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”. Este



grupo focalizava: relações de gênero, cidadania, políticas públicas, socialização, cultura política, empoderamento, comportamento político, capital social, novas institucionalidades e mecanismos internacionais de promoção dos direitos humanos das mulheres. Já no plano do ensino, entendo que as ações das e dos integrantes do Núcleo tiveram incidência na criação da disciplina “Estudos de Gênero, Movimentos Sociais e Direitos Humanos”, ofertada no Curso de Ciências Sociais, desde 2016.

Retorno a 1984. Nesse ano comecei a participar do Grupo de Trabalho Mulher e Política da ANPOCS (8º Encontro Anual). O Grupo incluía professoras e pesquisadoras como Fanny Tabak, Eva Alterman Blay, professora da Universidade de São Paulo e senadora da república na suplência de Fernando Henrique Cardoso (1992-1995); Ana Alice Costa, uma das fundadoras do primeiro Programa de Pós-Graduação sobre estudos de gênero e do Curso de Graduação em Gênero e Diversidades na Universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA); Albertina de Oliveira Costa, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (FCC); Eleonora Menicucci, professora da Escola Paulista de Medicina e Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR (2012-2016); Lourdes Bandeira, professora universitária e Secretária-Executiva da SPM (2012-2015). Além destas, o grupo incluía outras professoras e pesquisadoras que são referência nacional e internacional nos estudos feministas e de gênero.

Na ANPOCS funcionavam dois grupos de trabalho sobre mulher na década de 1980. O GT Mulher na Força de Trabalho, criado pela professora Heleieth Saffiotti, em 1979; e o GT Mulher e Política, criado pela professora Fanny Tabak, em 1980. Os dois grupos atuaram separadamente até 1989, quando foram unificados no GT - Estudos das Relações Sociais de Gênero. O novo grupo passou a se reunir a cada dois anos até ser extinto, sob a alegação de não ter sido cumprido o prazo para renovação dos GTs. Tem outras versões a respeito. De qualquer forma, a extinção do grupo nos abalou sobremaneira naquele momento.

Sobre a ANPOCS, consulte arquivos de eventos e compus um quadro sumário das temáticas de algumas reuniões do GT Mulher e Política (anpocs.org.br). Não encontrei arquivos de 1984. Em 1985 (9º Encontro), debatemos, entre outros temas, cidadania, poder político, participação e socialização política. Apresentei um texto intitulado “Aspectos da história política da mulher no Rio Grande do Sul”. Em 1986 (10º

Encontro) as sessões do GT foram estruturadas em: Gênero e Política; Movimento e História; e Movimentos Sociais e Políticas Institucionais, quando abordei: “Espaço político, história e representação feminina”. Em 1987 (11º Encontro), tratei sobre “A articulação feminista no processo de reestruturação democrática”. Sem amear mais informações sobre o GT - estimo retomar a consulta oportunamente - vale mencionar algumas práticas instituídas nesses encontros. Uma delas consistia em definir agendas de pesquisa de acordo com temas imprescindíveis à construção teórica e à ação política feminista. O contexto da constituinte, por exemplo, foi depurado entre o grupo enquanto vivenciamos esse processo. Também era prática exaurir o debate sobre cada texto, sem isso a sensação de desconforto afetava o grupo como um todo. Queríamos o debate, o embate e a crítica, na verdade muitas críticas. Em tempo, fui acolhida no grupo como se eu estivesse entre pares, embora todas fossem professoras, menos eu.

Sobre os encontros da associação, a partir dos anos noventa voltei mais algumas vezes a esse fórum, mas sem me sentir à vontade como antes. Entrementes, não pode ser descartada a riqueza do aprendizado aí obtido. Por conta disso, estavam dadas as condições para eu construir um olhar crítico da realidade e dar continuidade aos estudos sobre as mulheres e as relações de gênero. Agora com o olhar feminista e não mais apenas feminino. Ainda sobre a ANPOCS, cabe registrar o fato de os estudos relacionados à perspectiva feminista, às questões políticas ou daqueles endereçados a avaliar as diversidades de gênero, raça, classe, territorialidade e geração terem sido paulatinamente incorporados a esse fórum. Verifica-se a defasagem de tal incorporação quando se considera os avanços e a sedimentação dessas temáticas em outras associações nacionais.

Os debates teóricos feministas e os interseccionais foram recepcionados por diferentes áreas acadêmicas e por suas respectivas redes, a exemplo das Associações Brasileiras de Antropologia, História, Sociologia, Demografia e Estudos Populacionais. Sem contar, o espaço já tradicional e legitimado para debate dos estudos feministas e de gênero em Associações Internacionais como a LASA ou a ALACIP, para citar apenas estas.

Somado a isso, um espaço específico para esse debate foi criado, no Brasil, pelo Seminário Internacional Fazendo Gênero (1994). Sediado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, o evento chegou a sua 12ª edição entre 19 e 30 de



julho de 2021, em formato on-line, com o tema: “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos”. Na ocasião, participei no Simpósio Temático: ST 070: Feminismos e Políticas de Enfrentamento da Violência de Gênero Contra Mulheres na América Latina: Avanços e Retrocessos. Simpósio coordenado pela professora Cecilia Sardenberg, pelo NEIM/UFBA e por mim, representando o NIEM/UFRGS. Para 2024, está programada a realização do “Fazendo Gênero 13 contra o fim do mundo: anti-colonialismo, anti-fascismo e justiça climática” (29/07 a 02/08/2024), com as inscrições abertas até 15 de novembro de 2023. Para constar, temos participado de diferentes edições do Fazendo Gênero, como palestrantes, organizadoras e coordenadoras de simpósios temáticos.

Nesse somatório, sou uma das fundadoras, com a professora Luzia Alvarez (UFPA), da Área Temática (AT) Gênero, Democracia e Políticas Públicas, na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Nossa proposta de criação da área foi aprovada durante a realização do 8º Encontro ABCP, sediado em Gramado, RS, entre 01 e 04 de agosto de 2012. Naquela ocasião realizamos o Fórum Gênero, Democracia e Direitos Humanos. No encontro seguinte da Associação, as atividades do grupo estavam regulamentadas e passaram a fazer parte da programação do evento. No encontro de 2014 (9º Encontro) coordenei e fui debatedora da sessão sobre “Representação de gênero, reconhecimento político e feminismos” e apresentei o trabalho “Políticas públicas, feminismos e cidadania de gênero” na sessão: “Mulher, poder e representação política”. Em 2016 (10º Encontro), participei das atividades do grupo com o trabalho intitulado “Olhares feministas sobre a juventude na perspectiva da cidadania e da socialização de gênero”. Em outras edições do evento apresentamos trabalhos elaborados em parceria com orientandas do PPGPOL/UFRGS.

Também em 2016, participei como conferencista da Mesa Redonda: Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas, no 19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR, com o tema “A transversalidade de gênero na produção do conhecimento e nas políticas públicas”, realizado no período de 15 a 17 de junho de 2016, na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Nesse mesmo ano, recebi o grato convite de integrar a Comissão Científica para a organização do PlanEqual 2016 – 1.º Simpósio sobre Políticas para a Igualdade e Investigação em Direitos Humanos e Gênero, realizado nos dias 15 e



16 de setembro de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Portugal. O evento, organizado pelo CIVE MORUM (Núcleo de Estudos e Intervenção Cívica) e promovido pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, consta como o primeiro encontro internacional sobre políticas públicas de igualdade e investigação e intervenção social em direitos humanos e género (<https://planequal.wordpress.com/>).

Nesse evento apresentei o trabalho “A gramática da igualdade de gênero e o legado internacional de proteção aos direitos humanos das mulheres no caso do Brasil e de Portugal”, com a coautoria da orientanda de Mestrado Amanda Carolina Cegatti (PPGPOL/UFRGS) e integrante do NIEM. Nossa participação foi na SP 12 (Sessão Paralela) – Legislação para a Igualdade. Na ocasião, outras três integrantes do NIEM e alunas do nosso programa de Pós-Graduação (Doutorado), sob minha orientação, tiveram o aceite de suas propostas para o evento, a saber: Marina Grandi Gionco, com o trabalho: “*Revenge porn* (pornografia da vingança/não consensual) como expressão desigual de gênero – um caso coletivo de estupro nas redes” (SP 4 – Violência de Gênero); Riga Anilsa Borges da Silva: “A dor do parto: que dor é essa? As fases (in)visíveis da violência institucional obstétrica em Cabo Verde” (SP 5 – Saúde e Gênero), e Mayra Lucia Sánchez Mora: “Mujer, Paz y Seguridad: la Resolución 1325 y su aplicación en Colombia” (SP 8 – Perspectivas de Género). Nesse mesmo evento, atuei como moderadora na SP 11- Gênero e Identidade.

Ainda em 2016, tive a grata satisfação de proferir a Conferência de Abertura da 2ª Jornada Gaúcha “Corpo e Relações de Gênero na Contemporaneidade”. Evento organizado pelo Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, nos dias 06 e 07 de outubro. Na oportunidade, tratei de delinear as dinâmicas discursivas que subordinam o feminino na hierarquia entre os sexos, em momentos fundadores das demandas feministas por igualdade e garantia de direitos. Debate materializado no artigo: “A linguagem da Intransigência nas Construções de Gênero e da Cidadania das Mulheres” (PRÁ, 2017). Assunto para o qual direciono a atenção a algum tempo à luz das teses exposta por Albert Hirschman no livro “A retórica da Intransigência” (1992).

Uma sequência de eventos, no formato dos antes mencionados, integra o período do início de 2017 até o final de 2019. Momento em que tive a satisfação de continuar a

partilhar com orientandas e integrantes do NIEM a organização de atividades de pesquisa, extensão e de grupos de trabalho, ao lado da participação em seminários. Atividades interrompidas temporariamente, em março de 2020, devido ao isolamento social motivado pela pandemia da COVID 19.

Antes dessa interrupção, eu e Rhaissa Pagot, participamos da International Feminist Journal of Politics (IFJP) Polycentric Conference: “Gender Violence and Feminist Resistance in Latin America”, realizada em outubro de 2019, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na ocasião, abordamos os desdobramentos da Agenda Política Mulheres, Paz e Segurança na América Latina (Latin American Women and the Political Agenda Women, Peace and Security in Argentina, Brazil and Chile).

A retomada de atividades dessa natureza segue por bom período no formato virtual. Com a flexibilização do isolamento algumas delas são realizadas na modalidade híbrida. Diante da nova realidade, entre 2020 e 2023 participei de diferentes encontros virtuais e híbridos, compartilhando telas de computadores ou de celulares com orientandas e integrantes do NIEM, ao lado de um público virtual e de responsáveis por organizar seminários e coordenar Grupos de Trabalho. Sem detalhar tal participação, é notório nesse novo tempo a pluralidade de eventos e de espaços disponíveis para abordar um leque de questões demarcadas por discriminações e atravessadas por relações de raça, classe, gênero e geração. Alvissareiro diante desse universo é percebê-lo como um ponto de encontro de jovens recém-chegadas, daquelas que seguirão os caminhos traçados ou percorridos por nós e pelos feminismos.

Antigos Caminhos Traçados

Volto a 1984, com outro desdobramento da defesa da dissertação “A Mulher e a sua Situação na Sociedade Porto-Alegrense”, antes mencionada. Um convite inesperado e gratificante me oportunizou participar de um projeto de pesquisa de abrangência mundial. E mais, as consequências desse processo, voltado a avaliar os avanços na situação das mulheres durante a década da Mulher (1976-1985), resultaram na legitimidade conferida pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos aportes de gênero e às pesquisas feministas. A atividade no Brasil, coordenada pela Fundação Carlos

Chagas e financiada pela Fundação Ford, seguia o proposto na I Conferência Mundial sobre Mulher (México), de 1975, e as reivindicações oriundas do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU, na mesma ocasião. Coordenei a pesquisa e as atividades direcionadas à avaliação da década na região sul do Brasil. Para tal, contei com o apoio da professora Maria Noemi Britto, do Departamento de Antropologia da UFRGS. Nossa tarefa, buscar os dados necessários sobre a realidade das sulistas entre 1976 e 1985 para somá-los aos obtidos nas outras regiões do país. A tarefa foi difícil, muitas vezes consideramos estar tendo de fazer uma varredura em busca de dados, mas conseguimos. Novamente me valeu aquele aprendizado da Graduação. Porém, outra dificuldade. Hoje lembrando todo o processo me dou conta o quanto computadores, internet e redes sociais contribuem para facilitar a pesquisa. Enfim, conseguimos concluir o relatório no prazo depois de muitas idas a campo, codificações manuais e reuniões em São Paulo, na Fundação Carlos Chagas.

Os resultados do projeto, incluído o diagnóstico brasileiro e o de outros países, foram apresentados na III Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi (1985), no evento de encerramento da década da Mulher (1976-1985). Tais diagnósticos contestavam com veemência o otimismo exposto nos relatórios dos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o progresso das suas “cidadãs”. Resumidamente, o embate de Nairóbi qualificou as avaliações acadêmicas e da sociedade civil sobre a condição feminina, vindo a sustentar as lutas das mulheres por direitos e a legitimar os aportes feministas no cenário internacional e junto às Nações Unidas.

Sigo adiante na exposição e registro a influência significativa da experiência vivida com a preparação do relatório de Nairóbi para eu projetar o futuro doutorado. Ainda assim, mais uma vez me deparei com os olhares enviesados para o meu tema de estudo, sob a alegação deste não se situar entre as questões acadêmicas de prestígio. Basta lembrar, por exemplo, a omissão dos pesquisadores no estudo pré-eleitoral, de 1982, quando lhes foi solicitado dedicar um espaço do relatório à participação política das mulheres. Por isso mencionei a Fundação Ford como a fonte daquela solicitação, pois percebi algum tempo depois a incidência da instituição no estudo da questão das mulheres. No decorrer dos anos 1970 e na década seguinte, a Fundação FORD e a

Fundação Carlos Chagas promoveram um dos programas de dotações mais abrangente para potencializar pesquisas e publicações sobre mulher no Brasil.

Devo registrar, contudo, que chegávamos ao final do milênio sem ter a legitimidade necessária para discutir o tema mulher na universidade. Embora eu tenha recebido estímulos para prosseguir na área escolhida, entendo terem sido desagradáveis os questionamentos quanto à validade de estudar as mulheres e as ressalvas de que elegê-las como objeto de estudo poderia ser uma escolha equivocada para quem pretendesse uma carreira acadêmica de “prestígio”. De qualquer modo, sou grata àqueles professores/pesquisadores de 1982 pela oportunidade de definir minha trajetória acadêmica, a partir da sua negativa.

Abstraindo as dificuldades apontadas, no meu doutoramento apresentei uma tese versando sobre a representação política de gênero e a questão institucional, sob a orientação de Maria D’Alva Gil Kinzo (USP). Na banca examinadora estavam presentes o professor Antônio Flávio Pierucci (USP) e as professoras Ruth Cardoso (USP), Lúcia Avelar (UNICAMP) e Maria Lígia Quartim de Moraes (UNICAMP). A partir da tese, incorporei a questão de gênero como temática central para orientar meus estudos e pesquisa. Nesse sentido, fico gratificada com o reconhecimento da tese como um dos trabalhos pioneiros nos estudos acadêmicos de gênero. Reproduzo abaixo um deles em menção à chegada dos estudos de gênero ao Brasil, como segue:

Quanto aos estudos de Gênero, o conceito passava a figurar também nas teses de doutorado, a partir de 1992. Citamos como exemplo as teses de **Jussara Reis Prá** (Universidade de São Paulo, doutorado em Teoria Política): Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional, e de Maria Luiza Heilborn (UFRJ - Museu Nacional, Antropologia Social): Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário (ZIRBEL, 2007, p.148).

Após a defesa da tese e como docente da UFRGS, segui a rotina de participar de palestras, de encontros acadêmicos e de várias atividades com grupos feministas. Vieram daí artigos e capítulos de livros sobre o tema mulher e o das relações de gênero, sob a ótica da teoria feminista crítica. Equivale dizer que a minha trajetória intelectual tem uma vinculação estrita com a questão das mulheres, de gênero e na perspectiva feminista. Em tal trajeto tenho circulado por diferentes instâncias, sempre buscando a ponte com a Universidade. Nesse aspecto, tenho apreço por participar de atividade envolvendo avaliações sobre a situação das mulheres brasileiras. São aqueles convites que mostram o



reconhecimento do nosso trabalho. Minha participação na pesquisa da Fundação Carlos Chagas (1984) tem muito a ver com essa sensação.

Já na condição de professora universitária, em 1994 tive o privilégio de participar do processo de elaboração do Relatório do Governo Brasileiro a ser apresentado em Beijing (1995) durante a IV Conferência Mundial sobre Mulher Desenvolvimento e Paz. Como uma das responsáveis pela área de Educação e Cultura tive a oportunidade de organizar um seminário sobre o tema, de participar de pesquisas e de eventos de outras áreas em diferentes capitais brasileiras. Resulta daí outro tipo de encontro com o objeto de pesquisa escolhido ainda em 1982, sobre o qual dedico minhas reflexões e investigações, como dito antes.

Gostaria também de mencionar minha experiência no Conselho Nacional dos Direitos de Mulher (CNDM). Em 1999 fiz parte da lista tríplice para a sua composição e fui indicada para um mandato de quatro anos (1999-2003). A participação nas reuniões e em diversos eventos do CNDM me propiciou um aprendizado ímpar sobre o desenho e a implantação de políticas públicas. Experiências socializadas em aulas, pesquisas, extensão, orientações, publicações, palestras, congressos e em atividades afins. Participar do Conselho teve um significado especial, haja vista meu envolvimento com processos relativos à defesa dos direitos das mulheres.

O CNDM, então, fez parte de minha trajetória em instituições direcionadas ao tema, entre elas o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre (COMDIM), na gestão anterior a do CNDM. Entre 2004 e 2007 integrei o Conselho Diretor da Themis – Assessoria de Gênero, Justiça e Direitos Humanos. No plano acadêmico, integrei o Conselho Diretor da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM). Nessa confluência, entendo fundamental combinar atividades de ensino, pesquisa e extensão com o que denomino militância acadêmica para orientar meus estudos e pesquisas.

No âmbito da sociedade civil participei do “Coletivo Feminino Plural”, uma ONG fundada em 1996 em Porto Alegre. Sua agenda prioritária está voltada à garantia dos direitos humanos e da cidadania das mulheres e das meninas, com ênfase no protagonismo social e político. Com o Coletivo firmamos várias parcerias pelo Núcleo para o desenvolvimento de estudos e pesquisas e a realização de ações e programas de extensão.

Nesse mesmo espaço integrei o Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha a partir de sua criação (2007). Também pelo Núcleo participei como Consultora *Ad Hoc* do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelo Núcleo Mulher. Somado a isso representei a UFRGS no Comitê de Gênero do Grupo Montevideo – AUGM.

Ainda sobre minha trajetória acadêmica, vale notar ter ela iniciado antes mesmo de eu prestar concurso público para docente na UFRGS (1989), de ser contratada como professora da instituição (1991) e de integrar o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL/UFRGS), a partir de 1994. Dito isso, prossigo a narrativa para discorrer sobre aspectos relativos à minha trajetória docente, priorizando partes desse percurso desde 1991.

Trajетórias de Ensino, Pesquisa e Orientação

Iniciei a atividade docente no Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em regime de dedicação exclusiva. Ingressei na UFRGS em abril de 1991, por concurso público. Em 1994 passei a integrar o corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL). Entrei no instituto no momento de distribuir os encargos, penso que para o semestre seguinte. Cheguei à sala de aula sem ter concluído o doutorado, o que eu faria em outubro do ano seguinte. A partir do meu ingresso na Universidade ministrei diferentes matérias, entre elas: Introdução à Ciência Política, Teoria Política e Métodos Quantitativos; ofereci Seminários Livres e Tópicos Especiais, ambos com temas variados. Por sinal esse tipo de disciplina seria estratégico para incluir o debate sobre os estudos feministas e as questões de gênero. Para constar, em determinado momento começavam a se avolumar as demandas de alunas e alunos para que eu tratasse a temática feminista. Sempre que possível atendi a esses pleitos, o resultado eram aulas lotadas.

Passadas duas décadas desse ingresso eu conseguiria abordar os temas de Gênero e da relação mulheres e política, formalmente. Isso ocorre em 2012, ano de criação de uma disciplina sobre “Gênero e Representação Política” para o Curso de Políticas Públicas. Depois disso, estive encarregada da disciplina “Estudos de Gênero, Movimentos Sociais e Direitos Humanos”. Essa disciplina foi incluída no Currículo do



Curso Ciências Sociais em 2016. Com essa digressão pretendo chamar a atenção para o fato do NIEM e de outros Núcleos terem contribuído para trazer à tona os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos nos cursos de Graduação da UFRGS. O mesmo é aplicável a outras categorias de análise como raça, classe social, corpo ou sexualidade. Ainda assim, sem a garantia da sua inclusão como parte do aprendizado ou do fazer acadêmico.

No caso do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL), as linhas de pesquisa do Curso não abarcam os estudos de gênero ou aqueles voltados ao debate das questões de discriminação. As nomenclaturas feministas e antirracistas são consideradas fruto de uma formação específica e de interesses individuais. Tendo isso em vista, ofereci o seminário ‘Gênero e Poder na América Latina’ (CPP47/1996), com o propósito de: 1) situar o contexto de desenvolvimento da produção acadêmica sobre mulher e gênero; 2) examinar os estudos sobre o tema realizados na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, apontando os problemas detectados por estes e/ou nestes estudos e, 3) realçar como a temática dos movimentos sociais, da participação e da representação política é enfocada na literatura pertinente. Segui esse caminho para destacar a importância do uso da categoria gênero e de outros marcadores sociais de diferenças na análise da problemática do poder no contexto latino-americano. Em outras oportunidades, ofereci o seminário Ciência Política, Cidadania e Direitos Humanos (CPP08) com o foco nos desafios à afirmação de direitos civis e políticos, e dos direitos econômicos, sociais e culturais nas políticas públicas brasileiras. O objetivo do seminário é contextualizar o debate sobre os direitos das mulheres e as questões de gênero, agregando estudos e pesquisas sobre marcadores sociais de diferença como sexo/gênero, raça/etnia, classe social, identidade de gênero, idade e geração, com base no conhecimento da Ciência Política sobre o tema.

Resumindo, os direcionamentos para certos temas, além de necessários e urgentes, cumprem determinadas etapas. Sendo assim, o acúmulo de propostas e ideias tem muito a ver com a proximidade das e dos discentes do NIEM e de nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, independentemente de serem estudantes de graduação ou de pós-graduação. Essa realidade se traduz na atuação do Núcleo e se expressa em práticas e projetos de pesquisa.



Com o propósito de destacar algumas experiências de pesquisa retomo a narrativa e me reporto a 1995. Nesse ano recebi a primeira cota de bolsa de iniciação científica e pude dar curso a dois projetos sob minha coordenação: “Cidadania e Cultura Política: uma análise comparada sobre socialização política de gênero no Rio Grande do Sul” e “Comportamento Político de Gênero (banco de dados)”. O primeiro concluído em 1996 e o segundo, em 1998. Entre 1996 e 2004 participei como pesquisadora do Projeto “Governabilidade e Cultura Política na América Latina”. Na ocasião, foi possível ampliar meu foco de análise ao lado de um grupo de pesquisadores e de estudantes de graduação. No somatório dessas atividades, a experiência com outros profissionais e com bolsistas de iniciação científica foi gratificante. Consoante à pesquisa, situo em meados dos anos 2000 uma nova etapa na minha reflexão teórica e no direcionamento dos processos de investigação. Destaco desse contexto a elaboração e o desenvolvimento de dois projetos de pesquisa: “Gênero e Juventude no Processo de Socialização e Construção da Cidadania” (2005) e Memórias e Trajetórias do Feminismo no Brasil (2014).

O embrião do projeto de pesquisa sobre gênero, juventude e socialização pode ser localizado em 2005. Neste ano, um grupo de alunas do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS intensifica a presença em reuniões semanais do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS), por mim coordenado, com o propósito de discutir textos referentes às teorias feministas e aos estudos de gênero. A inclusão de alunos nesses debates, embora menos expressiva, permitiu conhecer um pouco mais os universos masculino e feminino, e discutir assuntos relacionados às concepções de realidade de mulheres e homens e, também, da juventude.

O vínculo do grupo com as questões da juventude se intensificou com a participação de seus integrantes em oficinas de empoderamento e cidadania com mulheres jovens da periferia de Porto Alegre. A isso se somou o envolvimento do grupo na organização de cursos de extensão para tratar de assuntos pertinentes às relações de gênero, abrangendo público interno e externo. A pauta dessas atividades abarcou temas como participação política, violência de gênero, políticas públicas, direitos humanos, sexualidade, mulheres e trabalho, entre outros. O apreço de participantes do Núcleo por questões relacionadas aos temas de gênero e juventude também teve o suporte do projeto

de pesquisa “Produção Cultural e Lógica de Gênero”, por mim coordenado. Daí surgiria o interesse de associar questões relativas à cidadania, à socialização de gênero e à participação política em investigações sobre juventude.

Durante os encontros do NIEM também tivemos a oportunidade de examinar dados de duas pesquisas sobre adolescência e juventude de que participei e busquei tratar a temática de gênero. Por conta disso, foi possível identificar lacunas no tratamento da Ciência Política às questões de gênero e a dificuldade de extrair informações sobre o coletivo feminino a partir de investigações formatadas nessa área. Lacunas semelhantes quanto ao coletivo juvenil foram identificadas no âmbito dos estudos feministas. A avaliação dos dados das pesquisas aliado ao exame de ampla bibliografia sobre o tema corroboraram e ainda corroboram tal entendimento.

Ainda em 2005, a chamada pública do CNPq para pesquisas sobre gênero instou integrantes do NIEM a desenvolver uma investigação contemplando a juventude como objeto de estudo. Nos dois anos de execução do projeto foi possível identificar a possibilidade de inovar as abordagens utilizadas. Daí o ensejo de elaborar uma proposta de investigação a ser submetida à modalidade de iniciação científica e de Bolsa Produtividade do CNPq. Desde a proposta inicial e da sua aprovação, o projeto passa por atualizações com o acréscimo de abordagens e temáticas. Um dos frutos do projeto, como já mencionado, foi a criação do Grupo de Pesquisa “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”, cadastrado no Diretório do CNPq em 2008.

A participação de alunos e alunas em projetos e no Grupo de Pesquisa, a renovação da composição do NIEM, via ingressantes de Pós-Graduação; a conclusão de monografias, dissertações ou teses e o direcionamento de estudantes da Graduação para o Mestrado e, deste nível, para o Doutorado, gera uma produção acadêmica consistente e estruturada. A essa produção podem ser somadas a organização de eventos nacionais e internacionais; a participação em encontros acadêmicos no Brasil e no exterior, a apresentação e a publicação de trabalhos em formato de artigos e capítulos de livros elaborados individualmente, de minha autoria, ou em parceria com alunos e alunas.

Paralelo a isso, minha inserção no Comitê Acadêmico de Gênero da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM) - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai -, trouxe entre os desdobramentos dessa atividade a possibilidade de

orientar trabalhos para a apresentação nas Jornadas de Jovens Investigadores e participar como avaliadora dos resumos de estudantes da UFRGS enviados a esses eventos entre 2012 e 2023. Com isso, surge a possibilidade de trocar informações sobre os estudos desenvolvidos por integrantes do Comitê de Gênero e conhecer melhor os temas de interesse das e dos estudantes envolvidos com as Jornadas.

O interesse pela conexão gênero e juventude resulta de minha experiência de intervenção e gestão sociopolítica em mecanismos institucionais de defesa de direitos como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), antes referida. Oportunidade em que mulheres jovens e meninas foram focadas como objeto de políticas públicas. Tal interesse também foi suscitado durante a confecção de Contra-Informes da Sociedade Civil ao VI e VII Relatório Nacional Brasileiro à CEDAW (Convenção Sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher), apresentados ao Comitê CEDAW das Nações Unidas (ONU), em julho de 2007 e fevereiro de 2012, respectivamente.

Os informes referidos, elaborados para subsidiar recomendações ao governo brasileiro, permitiram detectar distintas discriminações contra as jovens, sustentadas tanto por estereótipos racistas, sexistas e de classe, quanto por processos relativos à socialização de gênero. Realidade também suscitada em encontros do Comitê Gestor do Consórcio brasileiro de monitoramento permanente à CEDAW. Grupo que integrei com a tarefa de contribuir na elaboração de metodologia e de indicadores para avaliar as ações governamentais de defesa e proteção dos direitos humanos de mulheres e meninas. Os produtos desse monitoramento são valiosos para subsidiar a inclusão de novos matizes aos diferentes estudos desenvolvidos junto ao NIEM.

O outro projeto mencionado, “Memórias e Trajetórias do Feminismo no Brasil”, pretende consolidar e divulgar o Acervo Cultural Carmen da Silva e o Acervo Themis de Direitos Humanos e Direitos das Mulheres por meio da pesquisa exploratória, sistematização, catalogação e digitalização de documentos. O Acervo Carmen da Silva, criado em 08 de março de 1992, resulta da iniciativa de acadêmicas e militantes feministas que reuniram documentos de sua propriedade com a intenção de reconstruir, dar visibilidade e integrar a memória do movimento feminista à história do Rio Grande do Sul. O acervo inicia com 800 títulos e chega aos 2.236, nos anos 2000. A sua denominação



homenageia a escritora gaúcha Carmen da Silva, que assinou a seção “A arte de ser mulher” na revista feminina Cláudia (São Paulo), de 1963 e 1985. Ao enfatizar a autonomia feminina em seus artigos, Carmen foi responsável por inovar as revistas femininas da época e vista como referência para mulheres e militantes feministas. Já o Acervo da Themis, reunido pela ONG desde sua fundação, em 1983, congrega importantes documentos e registros da mobilização e da participação do movimento feminista na construção e ampliação de direitos humanos das mulheres em âmbito nacional e internacional. O material inclui registros das Conferências Internacionais de Direitos Humanos da ONU e tem cerca de 3.000 documentos depositados no NIEM para consulta.

Destaco como qualificativos do projeto a capacidade de fomento à pesquisa; a possibilidade de preservar e divulgar a memória dos feminismos. A relevância de consolidar os Acervos, “Carmen da Silva” e “Themis”, está, também, na sua proposta de compatibilizar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Estima-se, assim, democratizar o acesso à história dos feminismos e do ativismo que resultou em políticas públicas e em mudanças legais e culturais na defesa e proteção dos direitos humanos de mulheres e meninas.

Os frutos dos processos relatados refletem-se em uma produção acadêmica contínua e significativa². Sem repetir informações compete referir alguns dos assuntos tratados entre 2010 e 2023, a fim de exemplificar as pesquisas sobre gênero e juventude ao lado de estudos com outros recortes feministas, sob minha orientação. Entre eles, a dissertação de mestrado defendida por Léa Epping, em 2010, e intitulada: Construções de gênero e socialização política no imaginário juvenil brasileiro; também na modalidade dissertação, o estudo de Amanda Machado dos Santos sobre Juventude, reconhecimento e justiça social nas agendas de políticas públicas no Brasil, de 2011; a monografia de Janice de Menezes Nunes: A escolaridade como instrumento democrático: impasses e perspectivas de construção da cidadania na cidade de Porto Alegre, datada de 2012; o trabalho de iniciação científica da bolsista Fernanda Rocha dos Santos: Estereótipos e ideologias de gênero entre a juventude brasileira, de 2013; a dissertação de Jonas Araujo Luardon: O proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social, de

² A produção referida está disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>

2014; a monografia de Janifer de Oliveira Fagundes, enfocando Gênero, masculinidade e a saúde do homem, em 2015; e a tese de Lucas Coradini sobre Gênero e juventude na agenda de políticas públicas para o rural: o problema da sucessão geracional na agricultura familiar, defendida em 2016.

No âmbito dos estudos feministas sobre violência contra as mulheres, situo a tese de Terezinha Maria Woelffel Vergo: Políticas públicas de gênero e a resposta jurisdicional no enfrentamento à violência contra as mulheres, de 2017; a dissertação de Amanda Carolina Cegatti: Violência de gênero contra as mulheres e cultura política no Brasil e na Argentina (2018); e a monografia de Maitê Medeiros Passos: A epidemia de morte de mulheres no Brasil: um olhar crítico sobre o feminicídio, defendida em 2019. Entre os estudos de corte decolonial, interseccional e de direitos humanos, incluo as monografias de Laís Chilatz Soares: Mulheres agricultoras, gênero e meio rural: um estudo exploratório; e de Amanda da Silva Oliveira: Gênero e raça em Xica da Silva, a cinderela negra, de Ana Miranda, ambas defendidas em 2018. Somo a elas as teses de Andria Caroline Angelo Santin: Perspectivas feministas, interseccionalidades e o encarceramento de mulheres no Brasil (2006-2018), de 2019; a de Mayra Lucia Sanchez Mora: Outras formas do político: vozes e lutas descolonizadoras de mulheres afrocampesinas nos Montes de María (Colômbia). 2019, de 2020; e de Thais Vieira de Paula: Intolerância religiosa, violação de direitos humanos e colonialidade da fé: as igrejas pentecostais e as mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul (2018-2022), defendida em 2023.

As relações gênero, mulheres, poder e políticas públicas fazem parte de outro conjunto de temas tratados, entre eles, destaco as monografia de Amanda Truylio de Lima: Carreiras políticas de mulheres no Senado brasileiro: gênero, Feminismos e Interseccionalidade (1991-2018), de 2018; e a de Gabriela Ortiz Abenel: "Quem representa as mulheres?": arranjos institucionais na América Latina e as agendas das deputadas federais brasileiras na pandemia da Covid-19, de 2021. Ao lado destas enumero as teses de Riga Anilsa Borges Silva: Rumor, gênero e política em Cabo Verde: a circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos processos de ascensão/ocupação de altos cargos nas estruturas do Estado, de 2019; e de Marina Grandi



Giongo, sobre Políticas feministas e igualdade de gênero: um estudo sobre as licenças parentais na Noruega, defendida em 2021.

Antes de concluir esse ponto, menciono dois trabalhos que referenciam a presença das mulheres em movimentos armados e nas agendas pacifistas, a dissertação de Maria Florencia Guarche Ribeiro, sobre A trajetória do movimento de mulheres no noroeste do Curdistão: a institucionalização do confederalismo democrático e da jineologî (1978-2018), de 2019; e a tese de Rhaíssa Pagot: O mito do pacifismo sul-americano e a agenda mulheres, paz e segurança, defendida em 2022. Por fim, destaco três investigações dirigidas à construção do conhecimento feminista, a tese de Elena de Oliveira Schuck, sobre Feminismos em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França, de 2017; a dissertação de Marina Lua Vieira dos Santos, intitulada: Pesquisar gênero é uma atividade feminista? Um estudo da produção de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS (1977-2020), de 2022; e a tese de Iris Nabolotnyj Martinez: De quem é esse lugar? uma análise do feminismo acadêmico brasileiro a partir do *Web of Science* (1998-2021), de 2023. Resumindo. Resulta dessa gama de assuntos e de estudos e pesquisas, uma riqueza ímpar na construção de conhecimentos feministas.

Palavras Finais

O relato de experiências apresentado retrata as diferentes facetas do meu caminhar acadêmico e feminista. Ao rever o passado pude perceber o feminismo como um aprendizado. Algo cultivado a cada passo. Ao mesmo tempo, gratifica rever nossos passos e encontrar na mesma trilha ou em caminhos próximos quem como nós se volta contra o racismo, a misoginia e outras tantas discriminações.

Ao rever os caminhos cruzados dos feminismos, busquei contemplar as relações entre ciência e gênero no conteúdo exposto. Para tal, utilizei a minha própria vivência como um arquivo singular de dados e saberes. Por caminhos paralelos, priorizei o somatório de temas e assuntos em fontes plurais: monografias, dissertações e teses. O período arrolado (2010-2023), permitiu retratar o pluralismo das temáticas tratadas e a densidade do conteúdo produzido. Ainda assim, quando se confronta passado e presente



são evidentes os avanços obtidos nesse campo, mas também os limites para consolidar os estudos feministas no meio acadêmico.

Em suma, neste relato de experiências não posso deixar de lado minhas ponderações quando iniciei o texto. Ainda percebo e vivencio as dificuldades para integrar a temática feminista no meio acadêmico. Mesmo assim, a ocupação desse espaço ocorre, embora nem sempre com a velocidade esperada por nós. Vale notar que a teoria política feminista conquista cada vez mais espaço e o reconhecimento da sua pertinência no meio acadêmico. Para concluir, reitero os frutos de minha trajetória e de suas realizações, em sua maior parte relacionadas ao desenvolvimento dos estudos sobre mulheres e gênero. Nesse tom, uma pausa em nossa caminhada para olhar, confrontar, tentar compreender e buscar pontos de encontro é sempre reconfortante.

Referências

ADORNO, Theodor W. et alii. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper and Row, 1950.

APTER, David E. **Política de la modernización**. Trad. Enrique Molina de Vedia e Sara Maria Llosa de Molina. Buenos Aires: Paidós, 1965.

HIRSCHAMN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LAGARDE, Marcela. **El feminismo en mi vida**. Hitos, claves y topías. México, DF: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

LERNER, Daniel. **The Passing of traditional society**. New York: Free Press of Glencoe, 1958.

PRÁ, Jussara Reis. A linguagem da intransigência nas construções de gênero e da cidadania das mulheres. In: STREY, Marlene Neves; AMARAL, Nathalia Pereira de (org.). **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p.265-300.

PRÁ, Jussara Reis; PAGOT, Rhaíssa. Rotas de empoderamento das mulheres no contexto dos feminismos, da cidadania e dos direitos humanos. **Revista Inclusão Social**, Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.2, p.115-132, jan./jun. 2018.

ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil. Um debate. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007.